

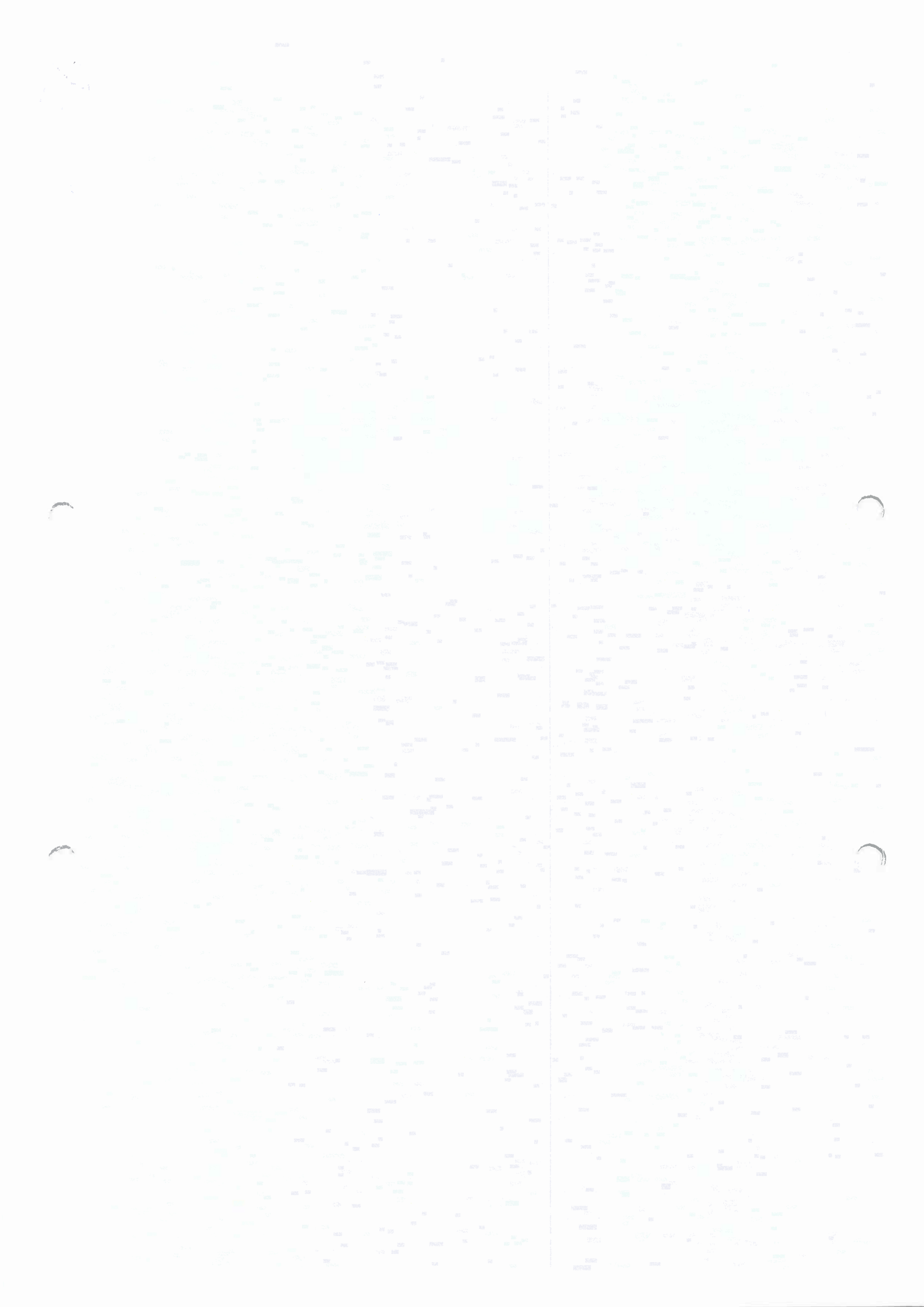
Prestação Contas 2016



Relatório de Gestão

2017
L. Coutinho
CWL

JK



Índice

1.	Nota Introdutória	Pág.3
2.	Enquadramento	Pág.. 4
3.	Composição do Executivo Municipal	Pág.5
4.	Síntese da Actividade Desenvolvida - GOP's	Pág.6
5.	Execução de Documentos Previsionais	Pág.9
5.1	Execução Orçamental	Pág.. 9
5.1.1	Análise da Receita	Pág.. 9
5.1.1.1	Estrutura e Execução Orçamental da Receita	Pág.10
5.1.1.2	Estrutura e Evolução da Receita 2016-2015	Pág.11
5.1.1.3	Evolução da Receita Proveniente de Transferências 2013-2012.....	Pág.14
5.2	Análise da Despesa	Pág.146
5.2.1	Execução Orçamental da Despesa	Pág.16
5.2.1.1	Estrutura e Evolução da Despesa 2013-2012	Pág.17
5.2.1.2	Evolução da Despesa com Transferências 2016-2015.....	Pág.20
5.3	Principais Indicadores de Natureza Orçamental	Pág. 21
5.4	Saldos Orçamentais	Pág.222

C. M. CASTELO DE BRANCO
PRESENTE NA REUNIÃO DE 2017 04 13
DELIBERAÇÃO
Deliberando por maioria, os vereadores do PSD, aprovam o Presteço
de Contas do 2016; aprovam a proposta
de aplicação do RLE, bem como, de
os remeter à A. Municipal para aprovação.
A C.M. tomou conhecimento do Relatório
Anual de Execução do PSF.

LA: [assinatura]

6.	Equilíbrio Orçamental	Pág. 23
7.	Situação Económica Financeira.....	Pág. 24
7.1	Análise do Balanço	Pág.24
7.1.1	Estrutura e Evolução	Pág.25
7.1.1.1	Principais Indicadores da Estrutura do Balanço	Pág.26
7.2	Análise da Demonstração de Resultados	Pág.26
7.2.1	Estrutura e Evolução	Pág.27
7.2.2	Principais Indicadores da Estrutura de Custos	Pág.28
7.2.3	Principais Indicadores de Estrutura de Proveitos	Pág.28
8.	Análise da Situação de Endividamento do Município.....	Pág. 8.1
	Dívida Global	Pág.279
8.2	Evolução da Dívida 2016-2015.....	Pág.30
8.3	Evolução da Dívida 2016-2015.....	Pág..30
8.4	Endividamento Líquido Municipal.....	Pág.32
8.5	Indicadores de Liquidez e Endividamento	Pág.
8.5.1	Indicadores de Liquidez	Pág.302
8.5.2	Indicadores de Endividamento	Pág.333
9.	Controlo Interno	
10	Proposta de Aplicação de Resultados	Pág.33

Anexos

- I. Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro
- II. Anexos às Demonstrações Financeiras e respectivos anexos documentais

1. Nota Introdutória –

O decreto-lei nº 18/2016, de 13 de Abril estabeleceu as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, aprovado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março, contendo assim as regras necessárias e imprescindíveis a um rigoroso e adequado acompanhamento da execução orçamental, como instrumento decisivo ao integral cumprimento dos princípios e linhas orientadoras fixadas pelo Orçamento do Estado para 2016.

Neste contexto, são consagradas regras respeitantes à gestão da tesouraria do Estado, à prestação de informação por parte dos diferentes subsectores e à consolidação orçamental. Destacam-se ainda várias outras medidas de garantia de boa execução orçamental, tais como as que dizem respeito à recuperação de créditos decorrentes de créditos ou participações financeiras concedidas pelo Estado, à gestão de pessoal e à gestão do património imobiliário do Estado, visando promover uma racional utilização do mesmo, pautada por bons princípios de gestão.

Com efeito, o ano de 2016 foi extremamente difícil para o nosso país e exigente para os desafios que constantemente se colocam às autarquias, que perante este grave cenário de crise, se vêm obrigadas a lutar diariamente para manter os seus níveis de serviço e responsabilidades para com os munícipes, nomeadamente assumindo responsabilidades sociais que são da competência do Governo.

Neste contexto, assume particular relevância a obtenção de informação económica e financeira fiável e oportuna, que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Perante este cenário, a obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, assume cada vez uma maior relevância.

Na linha de orientação destes princípios, o presente relatório elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL, espelha a Execução do Orçamento do Município de Castelo de Paiva para 2016 e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

Neste âmbito, o relatório de gestão completa o quadro de prestações de contas, ampliando e comentando informação contida no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da despesa e da receita.

Na elaboração deste documento, dada a necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, foi seguida a seguinte metodologia:

Numa primeira instância, apresenta-se uma síntese das actividades desenvolvidas pela análise da execução das Grandes Opções do Plano (GOP's).

Numa fase subsequente, apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, centrada na execução da Despesa e da Receita.

Numa terceira instância, insere-se uma apreciação económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

E, por último, aborda-se a situação da dívida do município.

Em anexos, e em documentos autónomos junta-se o "Anexo às Demonstrações Financeiras" e o "Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro".

2. Enquadramento Legal

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Órgão Executivo do Município submeter, para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, os documentos de Prestação de Contas.

O órgão deliberativo, sob proposta do executivo, aprecia e vota os documentos de prestação de contas [alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro], na sessão realizada em Abril de cada ano.

Os documentos de prestação de contas, obedecem a modelos uniformes apresentados ao longo dos pontos 5, 7 e 8 do POCAL e em instruções do Tribunal de Contas (Resolução 4/2001, de 18 de agosto), devendo o envio de documentos de Prestação de Contas ser remetido:

- Ao Tribunal de Contas, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, até 30 de Abril do ano seguinte àquele a que respeitem [n.º1 do artigo 74º da Regime Financeiro das

Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais- RFALEI), conjugado com o n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26/08 – LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, alterada pela Lei n.º 87-B/98, de 31/12, pela Lei n.º 1/2001 de 04/01, pela Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 e pela Lei n.º 48/2006, de 29/08], instruídas de acordo com a Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção, que procede a alteração à Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção.

- À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da respectiva área de actuação, até 30 dias após a respectiva aprovação e independentemente da apreciação pelo órgão deliberativo, devendo ser enviados a este organismo os documentos elencados nas alíneas c) a g) do n.º 1 do artº 6º do POCAL.
- Ao Instituto Nacional de Estatística (INE), até 30 dias após a aprovação dos mesmos (artigo 7º do POCAL).
- À Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em aplicação informática própria disponibilizada por esta entidade para o efeito.

A prestação de contas e o Relatório e Contas do exercício 2016 serão disponibilizados no respetivo sítio em <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/prestacao-de-contas>, artigo 79.º da Lei das Finanças Locais.

O auditor externo é o responsável pela certificação legal de contas do Município pertencendo a sociedade de revisores Ângelo & Carlos Ribeiro, SROC, nomeado pela Assembleia Municipal nos termos do artigo 77.º da Lei supra citada.

3. Composição do Executivo Municipal

GONÇALO FERNANDO DA ROCHA DE JESUS (1)

(PRESIDENTE)

ANTÓNIO DOS SANTOS RODRIGUES (1)

(VICE-PRESIDENTE)

JOSÉ MANUEL MOREIRA DE CARVALHO (1)

(VEREADOR)

Município de Castelo de Paiva

MANUEL JOAQUIM DE ALMEIDA JUNOT (1)

(VEREADOR)

NORBERTO DOS SANTOS RODRIGUES MOREIRA (1)

(VEREADOR)

CLÁUDIA VANESSA DA SILVA RODRIGUES PEREIRA (1)

(VEREADORA)

LUÍS FILIPE CARDOSO VALENTE (1)

(VEREADOR)

(1) Período de Responsabilidade de 01.01.2016 a 31.12.2016

4. Síntese da Actividade Desenvolvida – Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Actividades mais relevantes (PAM). A análise destes planos permite evidenciar as principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, incorporando as prioridades definidas, que se desdobram em programas, projectos e ações das intervenções sectoriais. Neste âmbito, a análise a efetuada focaliza-se nas diversas funções que constituem as GOP's, procurando destacar os projectos e acções que mais se evidenciaram em termos de realização da despesa de investimento bem como das actividades mais relevantes durante o ano de 2016. Nesta vertente, o quadro que se segue exhibe as funções que compõem as GOP's repartidas pelo PPI e PAM, refletindo uma análise sobre as prioridades de atuação do executivo municipal:

Classificação Funcional	PPI		PAM		TOTAL	
	Executado	Peso %	Executado	Peso %	Executado	Peso %
1. Funções Gerais	34.170,02 €	6,08%	23.972,86 €	2,06%	58.142,88 €	3,37%
1.1 - Serviços Gerais da Adm. Pública	34.170,02 €	6,08%	0,00 €	0,00%	34.170,02 €	1,98%
1.1.1 - Administração Geral	34.170,02 €	6,08%	0,00 €	0,00%	34.170,02 €	1,98%
1.2 - Segurança e Ordem Pública	0,00 €	0,00%	23.972,86 €	2,06%	23.972,86 €	1,39%
1.2.1 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0,00 €	0,00%	23.972,86 €	2,06%	23.972,86 €	1,39%
1.2.2 - Segurança Pública	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2. Funções Sociais	194.675,12 €	34,63%	863.596,50 €	74,35%	1.058.271,62 €	61,40%
2.1 - Educação	5.874,32 €	1,04%	578.739,28 €	49,83%	584.613,60 €	33,92%
2.1.1 - Ensino não superior	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.1.1.1 - Ensino Pré Escolar	2.185,32 €	0,39%	166.627,44 €	14,35%	168.812,76 €	9,79%
2.1.1.2 - Ensino Básico	3.689,00 €	0,66%	412.111,84 €	35,48%	415.800,84 €	24,12%
2.1.1.4 - Ensino Especial, artístico e Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.2 - Saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.2.1 - Serviços Individuais de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.3 - Segurança e Ações Sociais	0,00 €	0,00%	57.371,05 €	4,94%	57.371,05 €	3,33%
2.3.2 - Ação Social	0,00 €	0,00%	57.371,05 €	4,94%	57.371,05 €	3,33%
2.4 - Habitação e serviços coletivos	185.160,30 €	32,94%	100,00 €	0,01%	185.260,30 €	10,75%
2.4.1 - Habitação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2.4.2 - Ordenamento do Território	57.446,64 €	10,22%	0,00 €	0,00%	57.446,64 €	3,33%
2.4.3 - Saneamento	6.140,00 €	1,09%	0,00 €	0,00%	6.140,00 €	0,36%
2.4.4 - Abastecimento de água	39.785,37 €	7,08%	0,00 €	0,00%	39.785,37 €	2,31%
2.4.5 - Resíduos sólidos	9.526,35 €	1,69%	0,00 €	0,00%	9.526,35 €	0,55%
2.4.6 - Proteção Meio Ambiente	72.261,94 €	12,85%	100,00 €	0,01%	72.361,94 €	4,27%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.640,50 €	0,65%	227.386,17 €	19,58%	231.026,67 €	13,83%
2.5.1 - Cultura	0,00 €	0,00%	159.923,79 €	13,77%	159.923,79 €	9,28%
2.5.2 - Desporto, Recreio e Lazer	3.640,50 €	0,65%	67.462,38 €	5,81%	71.102,88 €	4,13%
3. Funções económicas	265.673,31 €	47,26%	51.269,33 €	4,41%	316.942,64 €	18,39%
3.1 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3.2 - Indústria e Energia	3.774,00 €	0,67%	0,00 €	0,00%	3.774,00 €	0,22%
3.2.1 - Iluminação Pública	3.774,00 €	0,67%	0,00 €	0,00%	3.774,00 €	0,22%
3.2.2 - Energia	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3.2.3 - Desenvolvimento industrial	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3.3 - Transportes e Comunicações	257.828,54 €	45,86%	0,00 €	0,00%	257.828,54 €	14,96%
3.3.1 - Transportes Rodoviários	257.828,54 €	45,86%	0,00 €	0,00%	257.828,54 €	14,96%
3.4 - Comércio e Turismo	4.070,77 €	0,72%	51.269,33 €	4,41%	55.340,10 €	3,21%
3.4.1 - Mercados e Feiras	528,37 €	0,09%	51.269,33 €	4,41%	51.797,70 €	3,01%
3.4.2 - Turismo	3.542,40 €	0,63%	0,00 €	0,00%	3.542,40 €	0,21%
4. - Outras Funções	67.646,00 €	12,03%	222.663,72 €	19,17%	290.309,72 €	16,84%
4.1 - Operações da Dívida Autárquica (FAM)	67.646,00 €	12,03%	222.663,72 €	19,17%	222.663,72 €	12,92%
4.2 - Transferências entre Administrações	0,00 €	0,00%	82.027,52 €	7,06%	82.027,52 €	4,76%
4.2.1 - Freguesias	0,00 €	0,00%	140.636,20 €	12,11%	140.636,20 €	8,16%
4.2.2 - Outras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
4.3 - Diversas não especificadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
4.3.1 - Ensino Superior	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL	562.164,45 €	100,00%	1.161.502,41 €	100,00%	1.723.666,86 €	100,00%

A estrutura das funções autárquicas a adoptar no âmbito da contabilidade de custos é semelhante à classificação funcional da despesa apresentada nos pontos 2.5.1, 10.1 e 11.1 do POCAL. O ponto 10.1 do POCAL apresenta uma descrição das funções que compete à autarquia desempenhar, para atingir diferentes objectivos. Esta classificação funcional das despesas permite quantificar os objectivos a atingir por uma autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua actividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento cultural e socioeconómico do município e obter informação sobre o esforço financeiro, por esta desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições. Sendo assim, existem quatro funções principais: gerais, sociais, económicas e outras. Dentro destas quatro funções o plano apresenta várias subfunções.

Município de Castelo de Paiva

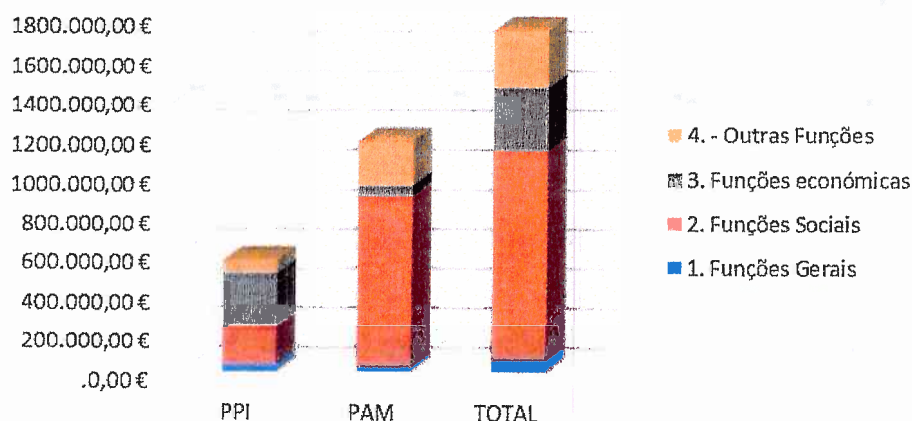
A despesa realizada nas Grandes Opções do Plano em 2016 totalizou cerca de 1.726.666,86 de euros, menos 540.575,55 euros do que no ano 2015, o que significa uma redução de cerca de 24%.

A tabela acima e o gráfico abaixo apresentam a discriminação dos custos imputados aos bens e serviços dentro de cada uma das quatro funções.

A análise das peças financeiras demonstra que as funções sociais representam mais de 61% da despesa realizada, com incidência na educação (34%). Segue-se as funções económicas com 18%, nomeadamente os transportes rodoviários. As outras funções, que incluem os apoios às juntas de freguesias e associações municipais, representam cerca de 17% das despesas totais.

Importa também aqui referir que, conforme indicação da CCDD – N em Abril de 2015, encontra-se inserida a sub função 4.1 – Operações da Divida Autárquica (FAM), que reflete o valor de capitalização do Fundo de Apoio Municipal, ao qual o Município está obrigado.

Estrutura das Grandes Opções do Plano (GOP's)



5. Execução de Documentos Previsionais

5.1 Execução Orçamental

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite avaliar o rigor, a capacidade de realização das atividades programadas, bem como a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadadas pelo Município. Neste ponto, pretende-se evidenciar a execução orçamental resultante a realidade económica do ano de 2016. Para o efeito, são discriminadas as diversas componentes orçamentais, designadamente as receitas e as despesas mais relevantes, bem como a sua evolução nos últimos anos.

Designação	Orçada	Executada	% Execução
Receita	20.986.889,76 €	9.190.649,82 €	43,79%
Despesa	20.986.889,76 €	9.330.532,10 €	44,46%

Tendo em conta os dados da contabilidade orçamental, verificamos que no ano de 2016, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita de 43,79% e uma taxa de execução global da despesa de 44,46%.

Apesar de a contração do empréstimo de médio longo prazo ter sido visado em Novembro de 2015 pelo Tribunal de Contas, na data da elaboração das Grandes Opções Plano e Orçamento para 2016 ainda estava aguardar decisão do Tribunal de Contas, pelo que, prudentemente, o Município considerou a contratação do referido empréstimo nos anos de 2015 e 2016. Assim sendo, e não considerando esse montante nas respectivas rubricas, a taxa de execução global da receita atingiu os 63,95%, enquanto a taxa de execução global da despesa foi de 64,93%.

Designação	Orçada	Executada	% Execução
Receita	14.370.662,04 €	9.190.649,82 €	63,95%
Despesa	14.370.662,04 €	9.330.532,10 €	64,93%

5.1.1 Análise da Receita

A estrutura da receita autárquica obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e divide-se em receitas correntes,

Município de Castelo de Paiva

receitas de capital e outras receitas, sendo classificada por capítulos, conforme a seguir se apresenta.

5.1.1.1 Estrutura e Execução Orçamental da Receita

O grau de execução da receita relaciona os montantes da receita cobrança com a receita prevista no orçamento corrigido.

Capítulos	Orçada		Cobrada		Taxa de Execução
	Valor	Peso %	Valor	Peso	
Receitas Correntes	9.749.458,60 €	46,45%	8.651.593,16 €	94,13%	88,74%
01 Impostos Diretos	1.296.900,01 €	6,18%	1.196.203,41 €	13,02%	92,24%
02 Impostos Indiretos	716,21 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	336.276,09 €	1,60%	253.298,13 €	2,76%	75,32%
05 Rendimentos de Propriedade	361.524,94 €	1,72%	473.964,77 €	5,16%	131,10%
06 Transferências Correntes	5.893.047,05 €	28,08%	5.593.127,60 €	60,86%	94,91%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.156.229,27 €	5,51%	1.001.056,48 €	10,89%	86,58%
08 Outras Receitas Correntes	704.765,03 €	3,36%	133.942,77 €	1,46%	19,01%
Receitas de Capital	11.237.431,16 €	53,55%	539.056,66 €	5,87%	4,80%
09 Vendas de Bens de Investimento	34.589,00 €	0,16%	24.900,00 €	0,27%	71,99%
10 Transferências de Capital	850.515,86 €	4,05%	509.466,46 €	5,54%	59,90%
11 Activos Financeiros	20,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
12 Passivos Financeiros	6.616.227,72 €	31,53%	0,00 €	0,00%	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	3.736.078,58 €	17,80%	4.690,20 €	0,05%	0,13%
Outras Receitas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
16 Saldo da Gerencia Anterior	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Total da Receita	20.986.889,76 €	100,00%	9.190.649,82 €	100,00%	43,79%

Em 2016 a taxa de execução do orçamento da receita foi de cerca de 43,79%, inferior à verificada no ano anterior em cerca de 34 p.p.. Esta diminuição tem como justificação as rubricas dos passivos financeiros e das outras receitas de capital, referentes à contratação do empréstimo de médio longo prazo (operação de substituição de dívida) explanada no ponto 5.1.

Com um melhor desempenho ao nível do grau de execução, destacam-se as rubricas das receitas correntes, bem como a venda de bens de investimento e as transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado.

No que concerne às **receitas correntes**, verifica-se o equilíbrio das mesmas já que mantiveram uma taxa de execução de 89%. A influenciar positivamente de uma forma mais significativa encontram-se: os impostos diretos (designadamente o IMI, IUC e IMT), as transferências correntes (designadamente, ao nível do fundo de equilíbrio financeiro – FEF) e os rendimentos de propriedade. No entanto, na sub rubrica Loteamento e Obras, apesar do aumento de

Município de Castelo de Paiva

251% em relação ao ano 2015, verifica-se ainda uma execução baixa face ao valor orçamentado com uma taxa de execução orçamental na ordem dos 58%. A grave crise que o país tem enfrentado tem levado a falta de investimento privado o que fez cair drasticamente o valor das licenças emitidas pelo Município.

Por conta das **receitas de capital**, foi cobrado o montante de 539.056,66€ de receitas, representando uma taxa de execução de cerca de 5%. A influenciar negativamente esta taxa de execução estão as rubricas de passivos financeiros e outras receitas de capital, derivados da contração do empréstimo de médio longo prazo visado em Novembro de 2015 pelo Tribunal de Contas, que na data da elaboração das Grandes Opções Plano e Orçamento para 2016 ainda estava aguardar decisão do Tribunal de Contas, pelo que, prudentemente, o Município considerou a contratação do referido empréstimo nos anos de 2015 e 2016.

Em 2015, e no caso da venda de bens de investimento, revelou-se de difícil execução, em virtude da crise económico-financeira que se tem verificado nos últimos anos. A taxa de execução é nula apesar das várias tentativas por parte do Município para alienação de alguns imóveis. Já o ano de 2016, apresentou-se relativamente diferente, tendo uma execução orçamental de cerca de 72%.

Quanto às outras receitas, não sendo um valor materialmente relevante, não influencia o cômputo geral das receitas cobradas.

Anota-se que, um dos motivos para que as receitas de capital estar abaixo dos 85% foi o atraso do recebimento das verbas do QREN relativos dos projetos co- financiados já executados e pagos pelo o Município.

5.1.1.2 Estrutura e Evolução da Receita 2016-2015

A evolução da receita total entre o ano de 2016 e 2015, vem refletida no quadro seguinte:

Capítulos	2016	2015	Variação 2016-2015	%
Receitas Correntes	8.651.593,16 €	8.482.004,07 €	169.589,09 €	2,00%
01 Impostos Diretos	1.196.203,41 €	1.232.321,67 €	-36.118,26 €	-2,93%
02 Impostos Indiretos	0,00 €	147,51 €	-147,51 €	-100,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	253.298,13 €	155.558,66 €	97.739,47 €	62,83%
05 Rendimentos de Propriedade	473.964,77 €	295.875,30 €	178.089,47 €	60,19%
06 Transferências Correntes	5.593.127,60 €	5.616.891,63 €	-23.764,03 €	-0,42%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.001.056,48 €	927.470,33 €	73.586,15 €	7,93%
08 Outras Receitas Correntes	133.942,77 €	253.738,97 €	-119.796,20 €	-47,21%
Receitas de Capital	539.056,66 €	7.509.924,77 €	-6.970.868,11 €	-92,82%
09 Vendas de Bens de Investimento	24.900,00 €	0,00 €	24.900,00 €	100%
10 Transferências de Capital	509.466,46 €	687.558,01 €	-178.091,55 €	-25,90%
11 Activos Financeiros	0,00 €	9.000,00 €	-9.000,00 €	-100,00%
12 Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	4.690,20 €	6.813.366,76 €	-6.808.676,56 €	-99,93%
Outras Receitas	0,00 €	1.512.248,34 €	-1.512.248,34 €	-100,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
16 Saldo da Gerencia Anterior	0,00 €	1.512.248,34 €	-1.512.248,34 €	-100,00%
Total da Receita	9.190.649,82 €	17.504.177,18 €	-8.313.527,36 €	-47,49%

Em 2016, a receita cobrada bruta ascendeu aos 9.190.649,82€, o que se traduziu numa diminuição na ordem dos 47%, ou seja (-) 8.313.527,36€, face ao ano anterior.

Esta redução da receita cobrada bruta decorre essencialmente do efeito da contratação do empréstimo de operação de substituição de dívida que foi visado pelo Tribunal de Contas em Novembro de 2015.

Executando um exercício de análise mais profundo verifica-se que a execução da receita de capital apresentaria uma redução de cerca de 23%, essencialmente causadas pela redução das transferências de capital.

Capítulos	2016	2015	Variação 2016-2015	%
Receitas Correntes	8.651.593,16 €	8.482.004,07 €	169.589,09 €	2,00%
01 Impostos Diretos	1.196.203,41 €	1.232.321,67 €	-36.118,26 €	-2,93%
02 Impostos Indiretos	0,00 €	147,51 €	-147,51 €	-100,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	253.298,13 €	155.558,66 €	97.739,47 €	62,83%
05 Rendimentos de Propriedade	473.964,77 €	295.875,30 €	178.089,47 €	60,19%
06 Transferências Correntes	5.593.127,60 €	5.616.891,63 €	-23.764,03 €	-0,42%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.001.056,48 €	927.470,33 €	73.586,15 €	7,93%
08 Outras Receitas Correntes	133.942,77 €	253.738,97 €	-119.796,20 €	-47,21%
Receitas de Capital	539.056,66 €	696.558,01 €	-157.501,35 €	-22,61%
09 Vendas de Bens de Investimento	24.900,00 €	0,00 €	24.900,00 €	100%
10 Transferências de Capital	509.466,46 €	687.558,01 €	-178.091,55 €	-25,90%
11 Activos Financeiros	0,00 €	9.000,00 €	-9.000,00 €	-100,00%
12 Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	4.690,20 €	0,00 €	4.690,20 €	0,00%
Outras Receitas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
16 Saldo da Gerencia Anterior	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total da Receita	9.190.649,82 €	9.178.562,08 €	12.087,74 €	0,13%

(*) Considerou-se o valor da receita total excluindo o saldo de gerência e excluiu-se o montante do contrato de financiamento quer do lado da receita quer da despesa para uma análise comparativa entre 2016/2015.

Analisando agora as diversas rubricas económicas da **receita corrente**, podemos constatar que as transferências correntes (61%) continuam a ser a principal fonte de receita do município, em linha com os últimos anos.

As **receitas fiscais**, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, são a parcela mais representativa da receita própria corrente e da receita própria cobrada ao longo dos anos.

Receita Fiscal	2016				2015 Executado	Variação 2016-2015
	Orçado	Executado	Desvio	Taxa de execução		
Impostos Diretos	1.296.900,01 €	1.196.203,41 €	-100.696,60 €	92,24%	1.232.321,67 €	-2,93%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	797.084,31 €	789.014,73 €	-8.069,58 €	98,99%	794.429,34 €	-0,68%
Imposto Único de Circulação	322.010,19 €	289.547,33 €	-32.462,86 €	89,92%	266.857,69 €	8,50%
Imposto Municipal sobre Transm. Onerosas de Imóveis (IMT)	177.755,51 €	117.641,35 €	-60.114,16 €	66,18%	171.034,64 €	-31,22%
Impostos Abolidos	50,00 €	0,00 €	-50,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Contribuição Autárquica	50,00 €	0,00 €	-50,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Impostos Indiretos	716,21 €	0,00 €	-716,21 €	0,00%	147,51 €	-100,00%
Publicidade	706,21 €	0,00 €	-706,21 €	0,00%	147,51 €	-100,00%
Outros	10,00 €	0,00 €	-10,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	336.276,09 €	253.381,91 €	-82.894,18 €	75,35%	155.558,66 €	62,89%
Mercados e Feiras	62.901,27 €	61.724,45 €	-1.176,82 €	98,13%	61.050,57 €	1,10%
Loteamentos e Obras	215.894,16 €	124.321,09 €	-91.573,07 €	57,58%	35.415,45 €	251,04%
Ocupação da Via Pública	330,92 €	1.390,97 €	1.060,05 €	420,33%	100,04 €	1290,41%
Caça, uso e porte arma	106,59 €	83,78 €	-22,81 €	78,60%	83,78 €	0,00%
Outras Taxas	37.266,05 €	48.905,54 €	11.639,49 €	131,23%	39.081,87 €	25,14%
Multas e Outras Penalidades	19.777,10 €	16.956,08 €	-2.821,02 €	85,74%	19.826,95 €	-14,48%
Total	1.633.892,31 €	1.449.585,32 €	-184.306,99 €	88,72%	1.388.027,84 €	4,43%

Município de Castelo de Paiva

As receitas fiscais e ao contrário do que se tem manifestado nos últimos anos, manifestam uma tendência negativa, destacam-se as receitas provenientes dos impostos diretos nomeadamente, IMT (-31,22%). A diminuição do investimento privado no Município tem como consequência direta a diminuição de receita proveniente da compra e venda de imóveis. Ainda ao nível da receita, será importante analisar a evolução das **receitas próprias**, fazendo a análise comparativa com a gerência anterior, salientando a capacidade que o Município tem de gerar a sua própria receita, excluindo a receita alheia, ou seja, aquela que provém de empréstimos contraídos ou de transferências da administração central.

Receita Própria	2016	2015	Varição 2016-2015	%
Receitas Correntes	3.058.465,56 €	2.865.112,44 €	193.353,12 €	6,75%
01 Impostos Diretos	1.196.203,41 €	1.232.321,67 €	-36.118,26 €	-2,93%
02 Impostos Indiretos	0,00 €	147,51 €	-147,51 €	-100,00%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	253.298,13 €	155.558,66 €	97.739,47 €	62,83%
05 Rendimentos de Propriedade	473.964,77 €	295.875,30 €	178.089,47 €	60,19%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.001.056,48 €	927.470,33 €	73.586,15 €	7,93%
08 Outras Receitas Correntes	133.942,77 €	253.738,97 €	-119.796,20 €	-47,21%
Receitas de Capital	29.590,20 €	6.822.366,76 €	-6.792.776,56 €	-99,57%
09 Vendas de Bens de Investimento	24.900,00 €	0,00 €	24.900,00 €	100,00%
11 Activos Financeiros	0,00 €	9.000,00 €	-9.000,00 €	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	4.690,20 €	6.813.366,76 €	-6.808.676,56 €	-99,93%
Total da Receita	3.088.055,76 €	9.687.479,20 €	-6.599.423,44 €	-68,12%

A análise dos valores da tabela acima demonstram uma redução significativa (68%) no total das receitas próprias. Porém, uma análise com uma incidência de maior detalhe demonstra que a principal razão dessa redução é a substituição do empréstimo explanada no ponto 5.1. Assim sendo, e não considerando esses valores, verifica-se que as receitas próprias apresentam um aumento de cerca de 8% no seu total comparativamente ao ano de 2016, consequência das rubricas taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e vendas de bens e serviços correntes.

5.1.1.3 Evolução da Receita proveniente de Transferências 2016-2015

Finalmente, dada a sua preponderância no cômputo global da receita total, as transferências serão analisadas de forma mais pormenorizada no ponto que se segue.

Transferências Obtidas	2016	2015	Variação 2016-2015	%
Transferências Correntes	5.582.378,06 €	5.616.891,63 €	-34.513,57 €	-0,61%
FEF	4.478.629,00 €	4.420.769,00 €	57.860,00 €	1,31%
FSM	479.191,00 €	479.191,00 €	0,00 €	0,00%
IRS	190.492,00 €	186.702,00 €	3.790,00 €	2,03%
OUTROS	428.796,73 €	521.668,54 €	-92.871,81 €	-17,80%
FUNDOS COMUNITÁRIOS	5.269,33 €	8.561,09 €	-3.291,76 €	-38,45%
Transferências de Capital	509.466,46 €	687.558,01 €	-178.091,55 €	-25,90%
FEF	497.625,00 €	491.197,00 €	6.428,00 €	1,31%
OUTROS	0,00 €	2.219,73 €	-2.219,73 €	0,00%
FUNDOS COMUNITÁRIOS	11.841,46 €	194.141,28 €	-182.299,82 €	-93,90%
Total da Receita	6.091.844,52 €	6.304.449,64 €	-212.605,12 €	-3,37%

As transferências (correntes e de capital) representam uma fonte privilegiada de financiamento ao totalizar 66% de receita total da autarquia. O quadro acima indicado procede à análise mais detalhada desta receita procurando centra-la nas suas diferentes origens.

O quadro para além de discriminar a proveniência das transferências correntes e de capital também faculta uma visão do peso assumido, por cada componente do universo desta receita cobrada, permitindo assim determinar linhas de tendência desta fonte de financiamento.

No contexto global das receitas autárquicas, as transferências recebidas do Estado (correntes e de capital) no valor de 6,1 milhões de euros têm grande relevância, assumindo uma importância significativa para o normal desempenho das suas atribuições e competências.

Pode-se ainda concluir que no âmbito das transferências, as correntes são as que assumem maior preponderância, apresentando uma taxa de execução de 95%. Este tipo de transferências contempla as transferências provenientes do Orçamento de Estado com maior preponderância ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e participação fixa no IRS, incluindo igualmente outras transferências provenientes de contratos-programa no âmbito da educação (programa de generalização de fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares e componente de apoio à família), segurança social (comissão de proteção às crianças e jovens em risco) e com o instituto de emprego e segurança social (gabinete de inserção profissional).

As transferências de capital não obstante de terem um peso menos significativo no total da receita, apresentam uma natureza mais instável, não só pelo critério de repartição percentual dos montantes das transferências financeiras atribuídas aos municípios, mas essencialmente

Município de Castelo de Paiva

porque são transferências em tudo ligadas à execução de projetos com participação comunitária.

No entanto, e verificando a evolução das transferências face à gerência anterior, constata-se que as transferências de capital obtidas em 2016 diminuíram em cerca de 178 mil euros, contrariando a evolução do ano de 2015. Apesar deste cenário constata-se a fraca execução das transferências provenientes dos contratos-programa resultado da execução dos projetos de investimento do co-financiados levados a cabo pelo Município.

5.2 - Análise da Despesa

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte.

Neste ponto efetuar-se a análise da despesa na ótica económica. Assim, depois de uma breve referência aos valores orçamentados e da sua comparação com valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar eventuais desvios, será dado destaque às despesas afetas às grandes opções do plano e em especial às executadas no âmbito do plano plurianual de investimentos, com o objetivo de se avaliar a sua execução e o alcance dos objetivos previstos naquele documentos.

Na análise da execução propriamente dita, será feita a comparação entre a despesa prevista (orçamento inicial) e a despesa paga, sob a perspetiva económica (que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital - quer na sua natureza - gastos com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, subsídios, etc.). Pretende-se, finalmente, comparar a despesa, e o comportamento das suas componentes, sendo os valores de 2016 comparados com o ano anterior.

5.2.1 - Execução Orçamental da Despesa

Por forma a avaliar a dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica no que se refere à despesa corrente e de capital será, numa primeira fase, efetuada uma análise da execução orçamental em termos da despesa comprometida e paga.

Rubrica	Despesa Orçada (1)	Despesa Comprometida (2)	Despesa Paga (3)	Desvio (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)	Realizada e não paga (6)=(2)-(3)
Despesas Correntes	9.749.458,60 €	8.655.121,19 €	7.256.169,08 €	-2.493.289,52 €	74,43%	1.398.952,11 €
01 Despesas com Pessoal	3.252.238,27 €	3.049.771,21 €	2.983.645,03 €	-268.593,24 €	91,74%	66.126,18 €
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.729.651,35 €	4.291.982,01 €	3.149.510,52 €	-1.580.140,83 €	66,59%	1.142.471,49 €
03 Juros e Outros Encargos	188.195,05 €	104.295,13 €	103.074,17 €	-85.120,88 €	54,77%	1.220,96 €
04 Transferências Correntes	1.366.681,77 €	1.016.703,80 €	868.622,79 €	-498.058,98 €	63,56%	148.081,01 €
05 Subsídios	100,00 €	0,00 €	0,00 €	-100,00 €	0,00%	0,00 €
06 Outras Despesas Correntes	212.592,16 €	192.369,04 €	151.316,57 €	-61.275,59 €	71,18%	41.052,47 €
Despesas de Capital	11.237.431,16 €	2.787.733,63 €	2.085.497,78 €	-9.151.933,38 €	18,56%	702.235,85 €
07 Aquisição de Bens de Capital	3.121.021,02 €	1.152.017,90 €	494.518,45 €	-2.626.502,57 €	15,84%	657.499,45 €
08 Transferências de Capital	188.634,66 €	77.427,81 €	32.691,41 €	-155.943,25 €	17,33%	44.736,40 €
09 Activos Financeiros	68.700,00 €	67.646,00 €	67.646,00 €	-1.054,00 €	98,47%	0,00 €
10 Passivos Financeiros	7.799.075,48 €	1.485.837,06 €	1.485.837,06 €	-6.313.238,42 €	19,05%	0,00 €
11 Outras Despesas de Capital	60.000,00 €	4.804,86 €	4.804,86 €	-55.195,14 €	8,01%	0,00 €
Total da Despesa	20.986.889,76 €	11.442.854,82 €	9.341.666,86 €	-11.645.222,90 €	44,51%	2.101.187,96 €

O orçamento de 2016 foi em termos monetários inferior ao do ano transacto em cerca de 1,610 mil euros, que incluiu compromissos que representaram cerca de 55% do orçamento e uma execução da despesa paga de cerca de 45%. As despesas correntes pagas representaram cerca de 74% do valor do orçamento. Em termos absolutos, os desvios mais significativo e face ao valor orçado apresentam-se nas rubrica aquisição de bens e serviços e nos passivos financeiros.

Nas **despesas correntes** são as despesas com pessoal, as de aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes que têm maior taxa de execução.

As **despesas de capital** com compromissos que ascenderam a 25% da despesa orçada registaram, em 2016, uma execução de 19%, sendo os desvios mais significativos verificados nas rubricas de aquisição de bens de capital e de passivos financeiros.

5.2.1.1 - Estrutura e Evolução da Despesa 2016-2015

A despesa global paga foi de 9.341.666,86€. Em termos de comparação e numa primeira análise verifica-se uma diminuição exponencial da despesa paga, nomeadamente no que se refere as despesas de capital. No entanto, teremos aqui que evidenciar a liquidação dos empréstimos de médio longo prazo contraídos com o saneamento financeiro através da contratação de um novo empréstimo de médio longo prazo contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútua em novembro de 2015, visado pelo Tribunal de Contas como operação de substituição de dívida e que permitiu ao Município melhores condições comerciais.

Município de Castelo de Paiva

Capítulos	2016	Peso %	2015	Peso %
Despesas Correntes	7.256.169,08 €	77,68%	7.471.460,71 €	44,68%
01 Despesas com Pessoal	2.983.645,03 €	31,94%	2.992.139,00 €	17,89%
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.149.510,52 €	33,71%	3.142.761,08 €	18,79%
03 Juros e Outros Encargos	103.074,17 €	1,10%	291.120,50 €	1,74%
04 Transferências Correntes	868.622,79 €	9,30%	887.615,38 €	5,31%
05 Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
06 Outras Despesas Correntes	151.316,57 €	1,62%	157.824,75 €	0,94%
Despesas de Capital	2.085.497,78 €	22,32%	9.252.013,00 €	55,32%
07 Aquisição de Bens de Capital	494.518,45 €	5,29%	755.459,42 €	4,52%
08 Transferências de Capital	32.691,41 €	0,35%	70.680,62 €	0,42%
09 Activos Financeiros	67.646,00 €	0,72%	67.646,00 €	0,40%
10 Passivos Financeiros	1.485.837,06 €	15,91%	8.349.009,44 €	49,92%
11 Outras Despesas de Capital	4.804,86 €	0,05%	9.217,52 €	0,06%
Total da Despesa	9.341.666,86 €	100,00%	16.723.473,71 €	100,00%

Importa assim refletir o mesmo mapa tendo em conta a exclusão do montante da substituição da dívida explanda no ponto 5.1 para permitir uma análise mais apropriada e comparativa com o ano anterior.

Capítulos	2016	Peso %	2015	Peso %
Despesas Correntes	7.256.169,08 €	77,68%	7.471.460,71 €	75,39%
01 Despesas com Pessoal	2.983.645,03 €	31,94%	2.992.139,00 €	30,19%
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.149.510,52 €	33,71%	3.142.761,08 €	31,71%
03 Juros e Outros Encargos	103.074,17 €	1,10%	291.120,50 €	2,94%
04 Transferências Correntes	868.622,79 €	9,30%	887.615,38 €	8,96%
05 Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
06 Outras Despesas Correntes	151.316,57 €	1,62%	157.824,75 €	1,59%
Despesas de Capital	2.085.497,78 €	22,32%	2.438.646,24 €	24,61%
07 Aquisição de Bens de Capital	494.518,45 €	5,29%	755.459,42 €	7,62%
08 Transferências de Capital	32.691,41 €	0,35%	70.680,62 €	0,71%
09 Activos Financeiros	67.646,00 €	0,72%	67.646,00 €	0,68%
10 Passivos Financeiros	1.485.837,06 €	15,91%	1.535.642,68 €	15,50%
11 Outras Despesas de Capital	4.804,86 €	0,05%	9.217,52 €	0,09%
Total da Despesa	9.341.666,86 €	100,00%	9.910.106,95 €	100,00%

Em 2016 a despesa paga diminuiu aproximadamente 570 mil euros face ao ano anterior, sendo que cerca de 78% corresponderam a despesas correntes e cerca de 22% a despesas de capital.

Na análise da estrutura das **despesas correntes**, será relevante analisar o desempenho das **despesas de funcionamento** enquanto um importante indicador da dinâmica de atuação da Autarquia, na medida em que espelham o volume dos encargos fixos e obrigatórios, reunindo no

seu conjunto as despesas com pessoal, as despesas com a aquisição de bens e serviços e as outras despesas correntes, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no quadro seguinte:

Despesas de Funcionamento	2016	2015	Variação 2016-2015	%
Despesas Correntes	6.284.472,12 €	6.292.724,83 €	-8.252,71 €	-0,13%
01 Despesas com Pessoal	2.983.645,03 €	2.992.139,00 €	-8.493,97 €	-0,28%
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.149.510,52 €	3.142.761,08 €	6.749,44 €	0,21%
06 Outras Despesas Correntes	151.316,57 €	157.824,75 €	-6.508,18 €	-4,12%

Na avaliação geral da despesa, as despesas de funcionamento continuam a ser as mais representativas no total da despesa realizada (87%), sendo as despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços as mais relevantes, com um peso de 32% e 34%, respetivamente.

No ano económico em apreciação, o peso das despesas com pessoal continuam a apresentar um decréscimo de (-) 0,28%.

Em contraste, a despesa paga em aquisição de bens e serviços, verifica um acréscimo de cerca de 0,21%, relativamente ao ano transato, o que reflete que município não conseguiu reduzir as despesas correntes nas suas mais variadas figuras (custo de energia e água, nos encargos fixos com as instalações, iluminação pública, comunicações, etc).

Já no que se refere às **despesas de capital**, verifica-se uma diminuição de cerca de 7.166 mil euros (350 mil euros sem a substituição do empréstimo) face a 2015. No entanto e face aos anos anteriores, a rubrica aquisição de bens de capital onde se reflete o pagamento do investimento municipal projetado no plano plurianual de investimentos, continua a diminuir. Também as transferências de capital viram a sua taxa de execução diminuta.

A dívida de médio e longo prazo assume-se no contexto da dívida do município, no ano 2016 e seguintes, de uma importância extrema. A análise do **serviço da dívida**, designadamente dos encargos (juros e amortizações) daí decorrentes, e o seu peso no total da despesa municipal, justifica uma análise da evolução do serviço da dívida autárquica face ao ano transacto:

Serviço Dívida	2016	2015	Variação 2016-2015	%
	1.588.911,23 €	1.826.763,18 €	-237.851,95 €	-13,02%
03 Juros e Outros Encargos	103.074,17 €	291.120,50 €	-188.046,33 €	-64,59%
10 Passivos Financeiros	1.485.837,06 €	1.535.642,68 €	-49.805,62 €	-3,24%

Verifica-se pelos dados apresentados que em 2016 o Município apresenta uma diminuição do volume do serviço de dívida municipal, no que se refere aos passivos financeiros em cerca de 3%. Esta situação deve-se essencialmente amortização de capital em 2016 no valor de cerca de 1 milhão e 500 mil euros.

Como já anteriormente referido, em Novembro de 2015 o Tribunal de Contas visou um contrato de empréstimo de médio longo prazo, nomeadamente uma operação de substituição de dívida, que permitiu ao Município através da contratualização de um novo empréstimo liquidar os montantes em dívida referentes ao Saneamento Financeiro com a Caixa Geral de Depósitos e com o Banco Comercial Português.

Esta operação, teve como objetivo negociar melhores condições comerciais no que se refere as taxas de juro, mantendo no entanto como prerrogativas fundamentais o prazo de reembolso dos empréstimos de saneamento financeiro contratualizados, bem como a liquidação total do valor dos empréstimos a data do visto do Tribunal de Contas.

Assim sendo, a operação em causa permitiu uma diminuição de cerca de 65% na rubrica de juros e outros encargos, já no ano de 2016.

5.2.1.2 Evolução da Despesa com Transferências 2016 - 2015

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos monetários não reembolsáveis que se destinam a financiar o funcionamento e as despesas de capital das entidades beneficiárias: juntas de freguesias, instituições/entidades (associações) particulares com interesse municipal e intermunicipal, entre outros.

Durante a gerência de 2016, os montantes de apoios concedidos a título de transferências (correntes e capital) pela autarquia, atingiram o montante de 901.314,20€, representando cerca de 10% do total da despesa paga (excluindo os montantes pagos com a liquidação dos empréstimos de saneamento financeiro).

Face ao ano transato, inverteu-se a tendência verificada em anos anteriores, as transferências de capital diminuíram (de carácter intermunicipal), bem como nas transferências correntes pagas às juntas de freguesia decorrentes da atualização efetuada através dos contratos administrativos de delegação de competências.

Transferências Concedidas	2016	2015	Variação 2016-2015	%
Transferências Correntes	868.622,79 €	887.614,88 €	-18.992,09 €	-2,14%
Freguesias	73.943,95 €	103.999,99 €	-30.056,04 €	-28,90%
Associações e IPSS	608.376,73 €	593.528,70 €	14.848,03 €	2,50%
OUTROS	186.302,11 €	190.086,19 €	-3.784,08 €	-1,99%
Transferências de Capital	32.691,41 €	70.680,62 €	-37.989,21 €	-53,75%
Freguesias	8.083,57 €	12.264,66 €	-4.181,09 €	-34,09%
Associações /Entidades Intermunicipais	24.607,84 €	58.415,96 €	-33.808,12 €	-57,87%
OUTROS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total da Despesa	901.314,20 €	958.295,50 €	-56.981,30 €	-5,95%

5.3 Principais Indicadores de Natureza Orçamental

Os indicadores apresentados refletem uma visão global da receita e da despesa, bem como da sua evolução de 2016 a 2015, permitindo estabelecer relações de grandeza entre ambas.

Indicadores da Estrutura da Receita	2016	2015	Variação 2016-2015
Receitas Próprias/Receita Total	34,00%	61,00%	-27,00%
Impostos Locais/Receita Total	13,00%	8,00%	5,00%
Venda de Bens de Investimento/Receita Total	0,27%	0,00%	0,27%
Transferências /Receita Total	66,00%	39,00%	27,00%
Passivos Financeiros/Receita Total	17,00%	54,00%	-37,00%

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2016	2015	Variação 2016-2015
Receitas Total/Despesa Total	98,50%	96,00%	2,50%
Receita Corrente/Despesa Corrente	119,00%	114,00%	5,00%
Receita de Capital/ Despesa de Capital	26,00%	81,00%	-55,00%
Passivos Financeiros/Despesa Total	17,00%	52,00%	-35,00%
Receitas Próprias /Despesa Total	33,00%	58,00%	-25,00%
Impostos Locais/Despesa Total	13,00%	7,00%	6,00%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/Imóveis, Imposto Municipal s/Veículos, Imposto Municipal s/Transações de Imóveis, Imposto Único de Circulação, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

(*) Considerou-se o valor da receita total excluindo o saldo de gerência

Pela análise do quadro relativo aos indicadores da estrutura da receita, podemos constatar que, entre 2016 e 2015, o peso relativo das receitas próprias teve uma variação negativa, tendo, este facto advindo da receita “extraordinária” proveniente do empréstimo de médio longo prazo que ocorreu no ano de 2015.

Analisando os indicadores acima mencionados, verifica-se que o Município no ano de 2016 viu a sua capacidade de arrecadar receita própria aumentar, bem como uma grande dependência das receitas provenientes das transferências do estado.

Município de Castelo de Paiva

Noutra perspetiva, e no que se refere ao grau de cobertura global das receitas e despesas, verifica-se entre o período de 2016 e 2015, manteve-se o grau de cobertura da despesa corrente pelas receitas correntes acima dos 100%, em oposição aos indicadores relativos da receita proveniente de impostos locais sobre a despesa total que revelam um aumento de 6% face ao ano 2015. Por outro lado, verifica-se uma diminuição considerável do peso das receitas de capital na cobertura das despesas de capital, essencialmente devido ao incremento da receita de capital em 2015, nomeadamente na rubrica outras receitas de capital, receita obtida pelo empréstimo de médio longo prazo explanado no ponto 5.1.

5.4 Saldos Orçamentais

Ao longo do último quadriénio tem vindo a criar-se um quadro orçamental que prioriza a promoção da estabilidade e sustentabilidade duradoura das contas da autarquia, todavia a dificuldade do Município em cobrar receita, nomeadamente receita capital que supere as despesas de capital, traduz-se na apresentação de um saldo orçamental negativo de 151.017,04€, conforme se pode constatar pelos valores apresentados no quadro seguinte:

Designação	2016	2015	Variação 2016-2015
Receita Total	9.190.649,82 €	15.991.928,84 €	-6.801.279,02 €
Receita Corrente	8.651.593,16 €	8.482.004,07 €	169.589,09 €
Receita de Capital	539.056,66 €	7.509.924,77 €	-6.970.868,11 €
Despesa Total	9.341.666,86 €	16.726.473,71 €	-7.384.806,85 €
Despesa Corrente	7.256.169,08 €	7.474.460,71 €	-218.291,63 €
Despesa de Capital	2.085.497,78 €	9.252.013,00 €	-7.166.515,22 €
Saldo Orçamental Global	-151.017,04 €	-734.544,87 €	583.527,83 €
Saldo Orçamental Corrente	1.395.424,08 €	1.007.543,36 €	387.880,72 €
Saldo Orçamental de Capital	-1.546.441,12 €	-1.742.088,23 €	195.647,11 €

(*) Considerou-se o valor da receita total excluindo o saldo de gerência

Reconhece-se que no exercício económico de 2016 o saldo orçamental de capital apresenta um défice, no entanto e face a variação verificada entre 2015/2014 no que respeita ao saldo orçamental global verifica-se uma melhoria significativa (variação 2015/2014 = -734.544,87€).

Receitas	2016	2015
Receita Corrente Cobrada	8.651.593,16 €	8.482.004,07 €
Receita de Capital Cobrada	539.056,66 €	7.509.924,77 €
Total da Receita Cobrada	9.190.649,82 €	15.991.928,84 €
(-) Passivos Financeiros	0,00 €	6.813.366,76 €
(-) Ativos Financeiros	0,00 €	9.000,00 €
Receita Global ou Efetiva	9.190.649,82 €	9.169.562,08 €
Despesa	2016	2015
Despesas Correntes Pagas	7.256.169,08 €	7.471.460,71 €
Despesas de Capital Pagas	2.085.497,78 €	9.252.013,00 €
Total das Despesas Pagas	9.341.666,86 €	16.723.473,71 €
(-) Passivos Financeiros	1.485.837,06 €	8.349.009,44 €
(-) Ativos Financeiros	67.646,00 €	67.646,00 €
Despesa Global ou Efetiva	7.788.183,80 €	8.306.818,27 €
Saldo Global ou Efetivo	1.402.466,02 €	862.743,81 €
Saldo Primário	1.505.540,19 €	1.153.864,31 €

(*) Considerou-se o valor da receita total excluindo o saldo de gerência

6. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, o equilíbrio orçamental obriga que:

- 1 – Os orçamentos das entidades do sector local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 – Sem prejuízo no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4 – Para efeitos do disposto no número 2 considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efectivo.

Tendo em conta o acima referido, o quadro seguinte demonstra o cálculo do equilíbrio orçamental do Município a 31 de Dezembro de 2016:

Receita Corrente	Despesa Corrente	Amortização Média Empréstimos MLP	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5) = (4) - (1)
8.651.593,16	7.256.169,08	1.478.942,88	8.735.111,96	83.518,80

Como se pode verificar após o cálculo, não se verifica o cumprimento do número 2 do artigo 40.º da lei acima referida, visto as receitas correntes cobradas serem inferiores à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Apesar de se verificar um desvio de 83.518,80€ (1%), logo não se cumprindo o n.º 2 do artigo 40.º da supramencionada lei, visto que este corresponde a menos de 5% das receitas correntes cobradas brutas, tendo em conta o n.º 3 do mesmo artigo deverá o Município proceder a compensação deste valor no exercício económico de 2017.

7. Situação Económico-Financeira

A análise que se segue reflete a situação económico-financeira do Município de Castelo de Paiva, mediante a análise da estrutura e evolução do Balanço e da Demonstração de Resultados.

7.1 Análise do Balanço

O Balanço apresentado adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2016, ou seja, o ativo constituído pelos bens e direitos que representam a estrutura económica (aplicação dos fundos) e o passivo e fundos próprios que representam a estrutura financeira (origem dos fundos).

7.1.1- Estrutura e Evolução

Descrição	2016		2015		Variação 2016-2015	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
ATIVO						
IMOBILIZADO	35.271.721,48 €	94,27%	35.610.078,99 €	94,07%	-338.357,51 €	-0,90%
Bens de Domínio Público	3.845.280,85 €	10,28%	4.098.321,06 €	10,83%	-253.040,21 €	-0,68%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Imobilizações Corpóreas	22.892.003,25 €	61,18%	23.776.921,29 €	62,81%	-884.918,04 €	-2,37%
Imobilizações em Curso	5.751.304,35 €	15,37%	5.183.128,01 €	13,69%	568.176,34 €	1,52%
Investimentos Financeiros	2.783.133,03 €	7,44%	2.551.708,63 €	6,74%	231.424,40 €	0,62%
CIRCULANTE	2.143.273,16 €	5,73%	2.243.422,15 €	5,93%	-100.148,99 €	-0,27%
Existências	176.863,06 €	0,47%	166.076,18 €	0,44%	10.786,88 €	0,03%
Dívidas de terceiros - Médio /Longo Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	699.129,51 €	1,87%	732.182,12 €	1,93%	-33.052,61 €	-0,09%
Títulos Negociáveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Disponibilidades	893.533,17 €	2,39%	1.047.103,22 €	2,77%	-153.570,05 €	-0,41%
Acréscimos e Diferimentos	373.747,42 €	1,00%	298.060,63 €	0,79%	75.686,79 €	0,20%
TOTAL DO ATIVO LIQUIDO	37.414.994,64 €	100,00%	37.853.501,14 €	100,00%	-438.506,50 €	-1,17%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	18.836.875,05 €	100,00%	17.905.732,93 €	102,25%	931.142,12 €	2,49%
Património	14.544.843,88 €	77,21%	14.544.843,88 €	81,23%	0,00 €	0,00%
Ajustamentos de partes de Capital em Empresas	1.917.734,20 €	10,18%	1.743.224,93 €	11,99%	174.509,27 €	0,47%
Reservas de Reavaliação	286.852,05 €	1,52%	286.852,05 €	1,60%	0,00 €	0,00%
Reservas Legais	692.456,93 €	3,68%	692.456,93 €	3,87%	0,00 €	0,00%
Reservas Livres	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Doações	41.101,27 €	0,22%	41.101,27 €	0,23%	0,00 €	0,00%
Resultados transitados	576.387,89 €	3,06%	-35.834,06 €	-0,20%	612.221,95 €	1,64%
Resultado Líquido do Exercício	777.498,83 €	4,13%	633.087,93 €	3,54%	144.410,90 €	0,39%
PASSIVO	18.578.119,59 €	100,00%	19.947.768,21 €	100,00%	-1.369.648,62 €	-3,66%
Provisões para Riscos e Encargos	1.046.217,78 €	5,63%	945.525,94 €	4,74%	100.691,84 €	0,27%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	8.041.250,17 €	43,28%	9.527.087,23 €	47,8%	-1.485.837,06 €	-4%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.895.776,93 €	10,20%	1.131.442,74 €	5,67%	764.334,19 €	2,04%
Acréscimos e Diferimentos	7.594.874,71 €	40,88%	8.343.712,30 €	41,83%	-748.837,59 €	-2,00%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	37.414.994,64 €	100,00%	37.853.501,14 €	100,00%	-438.506,50 €	-1,17%

Considerando os dados apresentados no Balanço, verifica-se que as principais variações são:

- Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo redução no montante de €1.485.837,06 relativamente à amortização dos empréstimos bancários;
- Dívidas a Terceiros - Curto Prazo no montante de €764.334,19, relativamente ao aumento das dívidas aos fornecedores (aquisição de bens e serviços).

7.1.1.1 Principais Indicadores da Estrutura do Balanço

INDICADORES (em %)	2015	2016
Fundos Próprios / Passivo	90%	101%
Imobilizado / Activo	80%	79%
Existências / Activo	0%	0%
Dívidas de Terceiros Ct +prazo / Activo	2%	2%
Disponível/Activo	3%	2%
Acréscimos e Diferimentos activo / Activo	1%	1%
OUTROS INDICADORES		
Fundos Próprios / Activo	47%	50%
Provisões para Riscos / Activo	2%	3%
Dívidas a Terc. Mlprazo/Activo	25%	21%
Dívidas a Terc curto prazo / Activo	3%	5%
Acréscimos e Diferimentos Passivo / Activo	22%	20%

Ao analisar a tabela acima exposta verifica-se uma estabilidade dos rácios nos últimos anos, devendo salientar-se o aumento de 3 p.p. dos Fundos Próprios / Activo, bem como a redução de 4% das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo / Activo.

7.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016.

7.2.1 Estrutura e Evolução

Descrição	2016		2015		Variação 2016-2015	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
CMVMC	266.901,81 €	2,98%	312.038,48 €	3,43%	-45.136,67 €	-14,47%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.071.428,22 €	34,28%	2.992.935,58 €	32,93%	78.492,64 €	2,62%
Custos com Pessoal	2.964.443,66 €	33,09%	3.026.936,42 €	33,31%	-62.492,76 €	-2,06%
Trans. E Subs. Correntes Concedidos e Prest. Sociais	1.019.216,07 €	11,38%	964.646,21 €	10,61%	54.569,86 €	5,66%
Amortizações do Exercício	1.185.508,88 €	13,23%	1.180.174,53 €	12,99%	5.334,35 €	0,45%
Provisões do Exercício	103.394,49 €	1,15%		0,00%	103.394,49 €	
Outros Custos Operacionais	155.907,14 €	1,74%	135.894,69 €	1,50%	20.012,45 €	14,73%
A Custos e Perdas Operacionais	8.766.800,27 €	97,85%	8.612.625,91 €	94,77%	154.174,36 €	1,79%
Custos e Perdas Financeiras	116.222,00 €	1,30%	357.545,52 €	3,93%	-241.323,52 €	-67,49%
(C) Custos e Perdas Correntes	8.883.022,27 €	99,15%	8.970.171,43 €	98,70%	-87.149,16 €	-0,97%
Custos e Perdas Extraordinárias	76.034,86 €	0,85%	118.043,09 €	1,30%	-42.008,23 €	-35,59%
(E) TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS	8.959.057,13 €	100,00%	9.088.214,52 €	100,00%	-129.157,39 €	-1,42%
Proveitos e ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	1.141.283,99 €	11,72%	1.047.019,77 €	10,77%	94.264,22 €	9,00%
Impostos e Taxas	1.417.578,01 €	14,56%	1.285.694,36 €	13,23%	131.883,65 €	10,26%
Trabalhos para a Própria Entidade		0,00%		0,00%	0,00 €	
Proveitos Suplementares	382.733,05 €	3,93%	380.695,62 €	3,92%	2.037,43 €	0,54%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.612.857,49 €	67,92%	6.766.920,32 €	69,61%	-154.062,83 €	-2,28%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	9.554.452,54 €	98,13%	9.480.330,07 €	97,52%	74.122,47 €	0,78%
Proveitos e Ganhos Financeiros	57.900,26 €	0,59%	21.667,44 €	0,22%	36.232,82 €	167,22%
(D) proveitos e Ganhos Correntes	9.612.352,80 €	98,72%	9.501.997,51 €	97,74%	110.355,29 €	1,16%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	124.203,16 €	1,28%	219.297,43 €	2,26%	-95.094,27 €	-43,36%
(F) TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS	9.736.555,96 €	100,00%	9.721.294,94 €	100,00%	15.261,02 €	0,16%
Resultados Operacionais: (B)-(A)	787.652,27 €		867.704,16 €			
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-58.321,74 €		-335.878,08 €			
Resultados Correntes: (D)-(C)	729.330,53 €		531.826,08 €			
Resultados Extraordinários:						
Resultado Líquido do Exercício: (F)- (E)	777.498,83 €		633.080,42 €			

Considerando os dados apresentados na Demonstração de Resultados, verifica-se que as principais variações são:

- Provisões do Exercício no montante de €103.394,49, relativamente a processos judiciais em curso;
- Custos e Perdas Financeiras no montante de €241.323,52, relativamente à diminuição da taxa de juro conforme a substituição de dívida explanada anteriormente.

Município de Castelo de Paiva

7.2.2 Principais Indicadores da Estrutura de Custos

INDICADORES	2015	2016
Mercadorias e Matérias / Proveitos Operacionais	3%	3%
FSE/Proveitos Operacionais	32%	32%
Custos C/Pessoal/ Proveitos Operacionais	32%	31%
Juros e Similares/Proveitos Operacionais	4%	1%
1+2+3+4/Proveitos Operacionais	71%	67%
OUTROS INDICADORES	2015	2016
Amortizações op. Do ex./Proveitos Operacionais	12%	12%
Provisões Op do exerc/Proveitos Operacionais	0%	1%
Outros Custos Operaci/Proveitos Operacionais	1%	2%
Custos Extraordinários / Proveitos Operacionais	1%	1%

Os rácios acima apresentados demonstraram-se estáveis nos últimos 2 anos salientando que FSE e Custos com Pessoal representam cerca de 63% dos proveitos operacionais do Município.

7.2.3 Principais Indicadores da Estrutura de Proveitos

INDICADORES	2015	2016
Impostos e Taxas/Proveitos Operacionais	14%	15%
Venda de Bens de Prestação de Serviços/Proveitos Operacionais	11%	12%
Outros Proveitos Operac./Proveitos Operacionais	0%	0%
Proveitos financ e extraord/Proveitos Operacionais	3%	2%
Trabalhos p/própria ent./Proveitos Operacionais	0%	0%
Proveitos suplementares/Proveitos Operacionais	4%	4%
Transferências e subsídios obtidos/Proveitos Operacionais	71%	69%
Proveitos financeiros/Proveitos Operacionais	0%	1%
Proveitos extraordinários/Proveitos Operacionais	2%	1%
VAB/Proveitos Operacionais	64%	63%

A tabela acima apresenta valores estáveis nos últimos 2 anos. Demonstra ainda o aumento dos Impostos e Taxas em 1 p.p. em virtude da redução em 2 p.p. das transferências nos proveitos operacionais do Município.

8. Análise da Dívida do Município

Em 2016, e resultante da aplicação e cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), bem como do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, houve um

Município de Castelo de Paiva

acompanhamento rigoroso em cumprir com os prazos de pagamentos e adotar políticas de rigor na gestão e controlo da despesa do Município.

O desafio que se tem imposto torna difícil a gestão municipal, pois se por um lado o Município é obrigado ao cumprimento das normas legais, por outro não pode descuidar nas suas obrigações para com os seus munícipes, seja na realidade básica diária, bem como na realização de infra-estruturas que permitam e proporcionar e assegurar o bem-estar da população residente, tal como de quem nos visita.

Neste sentido, o serviço da dívida é apresentado em várias vertentes, ou seja numa perspetiva de dívida total e numa ótica de comparabilidade com o ano anterior.

No contexto da presente análise da dívida, importa notar que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, de acordo com a estrutura de classificação em curto prazo e médio e longo prazo.

8.1 Dívida Global

Considera-se agora uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, fazendo-se uma apreciação global às dívidas de curto e médio/longo prazo, sempre centrada nos valores orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Tipos de Dívida	Capital em Dívida 31.12.2016	Capital em Dívida 31.12.2015	Desvio	Variação %
Dívida Bancária				
Curto Prazo	- €	- €	- €	0,00%
Médio e Longo Prazo	8.041.250,17 €	9.527.087,23 €	- 1.485.837,06 €	-15,60%
Sub-Total	8.041.250,17 €	9.527.087,23 €	- 1.485.837,06 €	-15,60%
Dívida Administrativa/Comercial				
Fornecedores (*)	1.235.107,73 €	538.524,25 €	696.583,48 €	129,35%
Outras Entidades	660.669,20 €	592.918,49 €	67.750,71 €	11,43%
Sub-Total	1.895.776,93 €	1.131.442,74 €	764.334,19 €	67,55%
Total	9.937.027,10 €	10.658.529,97 €	- 721.502,87 €	-6,77%

(*) Considerou-se para o cálculo deste indicador os saldos das contas 221,228,2611,2612,2613 e 265

Relativamente à gestão financeira do exercício de 2016, houve uma redução significativa da dívida bancária de médio e longo prazo (16%), mantendo-se inalterada a dívida bancária de curto prazo.

Município de Castelo de Paiva

No entanto, relativamente a fornecedores e a outras entidades verifica-se um aumento substancial (€764.334,19) do valor em dívida, justificado pelo aumento das aquisições de bens e serviços conjugada com as dificuldades de tesouraria que o Município apresentava.

No final de 2016, a dívida global ascendia a 9.937.027,10€, registando uma diminuição face ao ano anterior, de aproximadamente 6,77%.

8.2 Evolução da Dívida 2015-2016

De forma mais pormenorizada, o quadro que se segue representa a evolução da dívida de 2015 para 2016:

Dívidas a terceiros M/L Prazo	2016	2015
Empréstimos de Médio/Longo Prazo	8.041.250,17 €	9.527.087,23 €
Fornecedores de Imobilizado C/c	257.507,37 €	52.356,54 €
Sub - Total	8.298.757,54 €	9.579.443,77 €
Dívidas a Terceiros Curto Prazo		
Fornecedores C/C	684.401,45 €	245.769,55 €
Fornecedores FRC	118.974,05 €	68.981,66 €
Credores pela Execução do Orçamento		- €
Estado e Outros Entes Públicos	37.240,79 €	40.329,32 €
Administração Autárquica		- €
Outros Credores	594.577,70 €	518.075,99 €
Garantias e Cauções	203.075,57 €	205.929,68 €
Sub - Total	1.638.269,56 €	1.079.086,20 €
Total	9.937.027,10 €	10.658.529,97 €

À semelhança do verificado em anos anteriores, manteve-se inalterada a dívida bancária de curto prazo, assim como um decréscimo da dívida bancária de médio e longo em cerca de 16%.

No que se refere à dívida comercial, será de salientar um acréscimo da dívida de fornecedores/outras entidades em cerca de 764 mil euros, sendo que no cômputo geral a redução da dívida atingiu os 6,77%.

8.3 Evolução da Dívida 2009-2016

Analisando sinteticamente a evolução da dívida global do município nos últimos anos, verificamos que a dívida global de 2016 relativamente ao exercício económico de 2009, reduziu-se em aproximadamente 6.648.629,34€, representando um decréscimo de (-) 40%, circunstância

Município de Castelo de Paiva

acompanhamento rigoroso em cumprir com os prazos de pagamentos e adotar políticas de rigor na gestão e controlo da despesa do Município.

O desafio que se tem imposto torna difícil a gestão municipal, pois se por um lado o Município é obrigado ao cumprimento das normas legais, por outro não pode descuidar nas suas obrigações para com os seus munícipes, seja na realidade básica diária, bem como na realização de infra-estruturas que permitam e proporcionar e assegurar o bem-estar da população residente, tal como de quem nos visita.

Neste sentido, o serviço da dívida é apresentado em várias vertentes, ou seja numa perspetiva de dívida total e numa ótica de comparabilidade com o ano anterior.

No contexto da presente análise da dívida, importa notar que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, de acordo com a estrutura de classificação em curto prazo e médio e longo prazo.

8.1 Dívida Global

Considera-se agora uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, fazendo-se uma apreciação global às dívidas de curto e médio/longo prazo, sempre centrada nos valores orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Tipos de Dívida	Capital em Dívida 31.12.2016	Capital em Dívida 31.12.2015	Desvio	Variação %
Dívida Bancária				
Curto Prazo	- €	- €	- €	0,00%
Médio e Longo Prazo	8.041.250,17 €	9.527.087,23 €	- 1.485.837,06 €	-15,60%
Sub-Total	8.041.250,17 €	9.527.087,23 €	- 1.485.837,06 €	-15,60%
Dívida Administrativa/Comercial				
Fornecedores (*)	1.235.107,73 €	538.524,25 €	696.583,48 €	129,35%
Outras Entidades	660.669,20 €	592.918,49 €	67.750,71 €	11,43%
Sub-Total	1.895.776,93 €	1.131.442,74 €	764.334,19 €	67,55%
Total	9.937.027,10 €	10.658.529,97 €	- 721.502,87 €	-6,77%

(*) Considerou-se para o cálculo deste indicador os saldos das contas 221,228,2611,2612,2613 e 265

Relativamente à gestão financeira do exercício de 2016, houve uma redução significativa da dívida bancária de médio e longo prazo (16%), mantendo-se inalterada a dívida bancária de curto prazo.

2/27.4

No entanto, relativamente a fornecedores e a outras entidades verifica-se um aumento substancial (€764.334,19) do valor em dívida, justificado pelo aumento das aquisições de bens e serviços conjugada com as dificuldades de tesouraria que o Município apresentava.

No final de 2016, a dívida global ascendia a 9.937.027,10€, registando uma diminuição face ao ano anterior, de aproximadamente 6,77%.

8.2 Evolução da Dívida 2015-2016

De forma mais pormenorizada, o quadro que se segue representa a evolução da dívida de 2015 para 2016:

Dívidas a terceiros M/L Prazo	2016	2015
Empréstimos de Médio/Longo Prazo	8.041.250,17 €	9.527.087,23 €
Fornecedores de Imobilizado C/c	257.507,37 €	52.356,54 €
Sub - Total	8.298.757,54 €	9.579.443,77 €
Dívidas a Terceiros Curto Prazo		
Fornecedores C/C	684.401,45 €	245.769,55 €
Fornecedores FRC	118.974,05 €	68.981,66 €
Credores pela Execução do Orçamento		- €
Estado e Outros Entes Públicos	37.240,79 €	40.329,32 €
Administração Autárquica		- €
Outros Credores	594.577,70 €	518.075,99 €
Garantias e Cauções	203.075,57 €	205.929,68 €
Sub - Total	1.638.269,56 €	1.079.086,20 €
Total	9.937.027,10 €	10.658.529,97 €

À semelhança do verificado em anos anteriores, manteve-se inalterada a dívida bancária de curto prazo, assim como um decréscimo da dívida bancária de médio e longo em cerca de 16%.

No que se refere à dívida comercial, será de salientar um acréscimo da dívida de fornecedores/outras entidades em cerca de 764 mil euros, sendo que no cômputo geral a redução da dívida atingiu os 6,77%.

8.3 Evolução da Dívida 2009-2016

Analisando sinteticamente a evolução da dívida global do município nos últimos anos, verificamos que a dívida global de 2016 relativamente ao exercício económico de 2009, reduziu-se em aproximadamente 6.648.629,34€, representando um decréscimo de (-) 40%, circunstância

que apraz registar e que é demonstrativa de que tem sido profícua a ação desenvolvida pelo município em matéria de controlo do endividamento autárquico, como bem ilustra o quadro que se segue:

Tipos de Dívida	Capital em Dívida 31.12.2009	Capital em Dívida 31.12.2010	Capital em Dívida 31.12.2011	Capital em Dívida 31.12.2012	Capital em Dívida 31.12.2013	Capital em Dívida 31.12.2014	Capital em Dívida 31.12.2015	Capital em Dívida 31.12.2016
Dívida Bancária								
Curto Prazo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Médio e Longo Prazo	11.696.158,80 €	10.161.650,48 €	12.973.657,41 €	11.859.217,77 €	12.186.490,99 €	11.062.729,93 €	9.527.087,23 €	8.041.250,17 €
Dívida Bancária	11.696.158,80 €	10.161.650,48 €	12.973.657,41 €	11.859.217,77 €	12.186.490,99 €	11.062.729,93 €	9.527.087,23 €	8.041.250,17 €
Dívida Administrativa/Comercial								
Fornecedores (*)	3.382.539,57 €	4.240.131,81 €	1.571.841,66 €	805.884,76 €	586.066,94 €	728.588,40 €	538.524,25 €	1.235.107,73 €
Outras Entidades	1.506.958,07 €	1.438.896,83 €	804.685,35 €	518.977,13 €	97.598,70 €	103.591,56 €	592.918,49 €	660.669,20 €
Dívida Administrativa/Comercial	4.889.497,64 €	5.679.028,64 €	2.376.527,01 €	1.324.861,89 €	683.665,64 €	832.179,96 €	1.131.442,74 €	1.895.776,93 €
Dívida Total	16.585.656,44 €	15.840.679,12 €	15.350.184,42 €	13.184.079,66 €	12.870.156,63 €	11.894.909,89 €	10.658.529,97 €	9.937.027,10 €

O município não tem desde 2013 pagamentos em atraso com prazo superior a 90 dias.

Em 2009 o prazo médio de pagamentos do Município era de 515 dias, enquanto no encerramento do exercício do ano 2016 (tendo por base a forma de cálculo do PMP e a informação disponível na Direção Geral das Autarquias Locais), o prazo médio de pagamento é de **64 dias**.

Prazo Médio de Pagamentos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
N.º de Dias	515	53	170	97	70	54	44	64

(*)PMP - Prazo médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros 34/2008 de 22 de Fevereiro) com a metodologia prevista pelo Despacho 9870/2009 de 13 de Abril do Ministério das Finanças.

Comparativamente com o ano de 2015, verifica-se um aumento de 20 dias no prazo médio de pagamentos, originada pelo aumento substancial (€764.334,19) do valor em dívida relativamente a fornecedores e a outras entidades, justificado pelo aumento das aquisições de bens e serviços conjugada com as dificuldades de tesouraria que o Município apresentava.

8.4 Endividamento Municipal

No que importa ao conceito de endividamento líquido municipal, o art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (LFL) determina que a dívida total do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

À data do encerramento, verifica-se a ausência de dados por parte das entidades que contribuem para o cálculo do endividamento pelo que os dados apresentados são os refletidos nos mapas da DGAL a 31.12.2016, estando sujeitos a alterações.

Com base nos dados da DGAL, o limite da Dívida total do Município para 2016 é de 12.498.374,50€, sendo que em 31.12.2016 o valor da dívida total do Município era de 9.865.358€ (com € 30.585 referente à contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.). No entanto, o valor da dívida Municipal total excluindo as não orçamentais e FAM é de 9.956.477,34€, ou seja no exercício de 2016 o Município eliminou o excesso de endividamento recuperando ainda margem utilizável no valor de 2.451.897,16€.

Assim sendo, verifica-se que a dívida total do Município se situa-se em 1,18 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos, inferior ao 1,3 do ano de 2015.

Esta situação é um reflexo da redução do passivo financeiro.

No que concerne ao endividamento líquido, o “Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”, apresenta uma análise mais pormenorizada sobre este domínio e o enquadramento do município em matéria de limites ao endividamento.

8.5 Indicadores de Liquidez e Endividamento

8.5.1 Indicadores de Liquidez

INDICADORES		2015	2016
Liquidez Geral	(Circulante / Dívidas a ct pz)	1,98	1,13
Liq Reduzida	(Circulante-Existências/Div a ct pz)	1,84	1,04
Liq imediata	(CX+Dep+Títulos Neg/Div a ct pz)	0,93	0,47
Enc Finan Liq/Proveitos Operacionais		0,04	0,01

8.5.2 Indicadores de Endividamento

INDICADORES		2015	2016
Exigível mLongo prazo / CAF		5,25	3,89
Tx Endividamento	Dívidas ml/Fundos Próprios	1,11	0,99
Dívidas Financeiras /F.Próprio	Dívidas a Terc. Mlprazo/F. Próprio	0,53	0,43
Autonomia Financeira	C. Próprio / Activo	0,47	0,50
OUTROS INDICADORES		2015	2016
Capacidade Reembolso	Dívidas Financeiras / CAF	5,25	3,89
Endividamento	Passivo / Activo	0,53	0,50
Endividamento m/L	Dívidas ml / Activo	0,25	0,21
Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	0,90	1,01

9. Controlo Interno

O controlo interno detectou procedimentos não ajustados no serviço de tesouraria que resultaram em diferenças de conciliação mensal compensados em meses subsequentes em montantes não materiais. Na sequência desta situação foram reforçados os procedimentos de controlo interno, nomeadamente o nível dos acessos às aplicações informáticas.

10. Proposta de Aplicação de Resultados

A aplicação do resultado líquido do exercício é condicionada pelo disposto no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro.

Dando cumprimento ao disposto no POCAL, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício no montante de 777.498,83 euros, sejam transferidos para a conta 59 – Resultados Transitados.

